

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202719019

Despacho n.º 3/2010

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Luís Henrique Robalo Faustino, técnico superior da Câmara Municipal de Lisboa, para exercer funções de assessor no meu gabinete, para todos os efeitos equiparado a adjunto, em regime de comissão de serviço, em cedência de interesse público.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202718647

Despacho n.º 4/2010

Ao abrigo, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que a assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública Lucília Afonso Fernandes Leal seja afectada ao meu gabinete, em cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a sua remuneração paga pelo seu órgão ou serviço de origem.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202718558

Despacho n.º 5/2010

Ao abrigo, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que o assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública José Francisco Vaz Godinho seja afectado ao meu gabinete, em cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a sua remuneração paga pelo seu órgão ou serviço de origem.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Outubro, inclusive.

3 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

202718444

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6/2010

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que o assistente operacional Manuel da Silva Almeida seja afectado ao meu gabinete, através de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a respectiva remuneração paga pelo serviço de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

13 de Novembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

202718493

Despacho n.º 7/2010

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que o assistente operacional José Firmino Pereira de Matos seja afectado ao meu gabinete, para exercer funções de motorista, através de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem, sendo a respectiva remuneração paga pelo serviço de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

13 de Novembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

202718258

Despacho n.º 8/2010

De acordo com o disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com o início do mandato do XVIII Governo Constitucional cessam automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes e, desde logo, dos cargos de direcção superior de 2.º grau dos diversos serviços integrantes do Ministério da Defesa Nacional, com as excepções previstas nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º em apreço. Não obstante e tendo em conta o estatuído no n.º 2 do artigo 24.º do estatuto do pessoal dirigente, a renovação daquelas comissões de serviço pode ter lugar por confirmação do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias após a respectiva posse. Pelo presente despacho, procede-se, pois, à renovação por confirmação de comissões de serviço do pessoal dirigente titular de cargo de direcção superior de 2.º grau dos serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional, que se encontravam em curso à data do início daquele mandato e respeitantes aos titulares que se pretende que continuem a exercer as suas funções até o termo da comissão de serviço vigente.

Assim, determina-se:

1 — Ao abrigo e nos termos conjugados do disposto no n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º, no n.º 2 do artigo 24.º e na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, são renovadas por confirmação as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 2.º grau dos serviços do Ministério da Defesa Nacional, até ao termo do triénio respectivo:

Major-general Mário Rui Correia Gomes, nomeado em comissão de serviço no cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, nos termos do despacho n.º 3673/2007, de 12 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 1 de Março de 2007;

Major-general Aníbal Alves Flambó, nomeado em comissão de serviço no cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos do despacho n.º 14 206/2009, de 17 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho; e

Coronel de administração militar Luís Augusto Vieira, nomeado em comissão de serviço no cargo de subdirector-geral da Polícia Judiciária Militar, nos termos do despacho n.º 15 856/2009, de 2 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2009.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

10 de Dezembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

202718752

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 9/2010

Por despacho de 10 de Dezembro de 2009 do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

Nuno António de Deus Rosado, celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, por ocorrer alteração da situação jurídico-funcional motivada pela mudança de nível, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 3, da carreira de especialista de informática do Mapa de Pessoal Civil da Marinha, ficando posicionado no escalão 1, índice 540.

21 de Dezembro de 2009. — O Chefe da Repartição de Militarizados e Civis, *Emanuel José de Pinto e Lobo*, capitão-de-mar-e-guerra.

202717586